



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA

O MINISTRO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

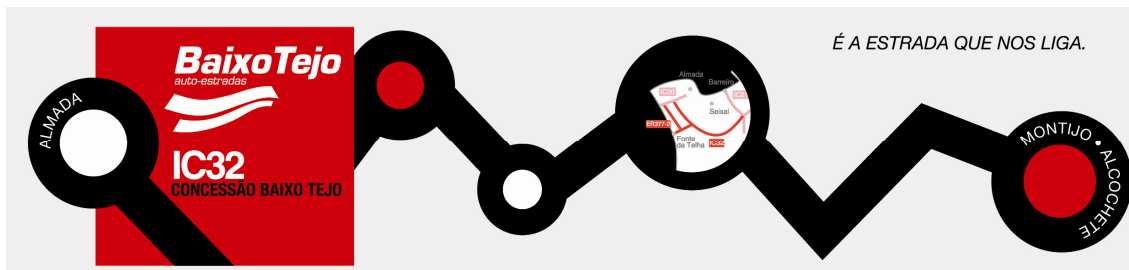
Eng. Mário Lino

LANÇAMENTO DA CONCESSÃO

DO BAIXO TEJO

Sede da Estradas de Portugal – Almada, 12 de Dezembro de 2007

(vale a versão lida)



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Senhor Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e Comunicações;

Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Almada, em representação da Senhora Presidente da Câmara;

Senhores Presidentes de Câmara Municipal e demais autarcas presentes;

Senhores Deputados;

Senhora Governadora Civil de Setúbal;

Senhores Representantes das Autoridades Cívicas, Militares e das Forças de Segurança;

Senhor Presidente da Estradas de Portugal, S.A, e demais membros do Conselho de Administração;

Senhor Presidente do INIR;

Senhores convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

É com enorme satisfação que me encontro aqui no Concelho de Almada e na sede da Estradas de Portugal para anunciar o lançamento de mais uma Concessão – a quarta concessão lançada em menos de um mês – a “Concessão do Baixo Tejo”.

Trata-se de uma concessão cujos benefícios se vão fazer sentir principalmente junto das populações do Distrito de Setúbal, aumentando a sua mobilidade inter-concelhia, mas que também se reflectirá positivamente junto daqueles que todos os dias se deslocam para Lisboa. Mas é igualmente uma concessão cujos benefícios se vão fazer sentir ao nível da actividade económica e do tecido empresarial que, desta forma, ganha uma maior competitividade.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Como é sabido, este Governo elegeu, como uma das suas prioridades, completar a construção de uma moderna e eficiente rede viária no País; e fê-lo, exclusivamente, tendo por base um valor: servir as pessoas. São as pessoas que estão no centro das nossas preocupações e é em nome das pessoas e da melhoria das suas condições de vida, que nós trabalhamos todos os dias.

Por isso, quando este Governo tomou posse, uma das estratégias a que atribuiu grande importância foi acelerar a conclusão do PRN2000, nomeadamente no que se refere aos Itinerários Principais e Complementares.

Durante estes dois anos e nove meses de governação, elaborámos e aprovamos todos os estudos e projectos que nos permitem estar hoje aqui a lançar a Concessão do Baixo Tejo, num total de 70 km, sendo que 32 km são para construção, conservação e exploração, e 38 km são para aumento do número de vias, conservação e exploração, representando um investimento de 110 M€.

Começamos pelos 32 km de novas infra-estruturas rodoviárias a construir no âmbito desta concessão.

Em primeiro lugar, vamos construir os 22 km que faltam para concluir a Circular Regional Interna da Península de Setúbal (CRIPS), entre a Trafaria e Coima, em perfil de auto-estrada, representando um investimento de 90M€, dando assim continuidade ao lanço já construído entre o Montijo (A12/IP1) e Coima.

Esta via terá um papel estruturante fundamental na área em que se insere (zona Poente do Concelho de Almada e Sul dos Concelhos do Seixal e do Barreiro), que apresenta actualmente uma rede viária deficitária e hierarquicamente pouco diferenciada, pelo que a sua construção irá contribuir para um incremento na mobilidade dos habitantes do Distrito de Setúbal, garantindo ligações com maior qualidade.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Para além disso, servirá de alternativa à A2 nas deslocações no Distrito de Setúbal, designadamente nas deslocações entre a Costa da Caparica e Almada, e os Concelhos do Seixal, Barreiro, Sesimbra e Moita.

Assim, com a conclusão da CRIPS, estima-se uma diminuição de 17% no tempo médio de viagem na A2 entre Coina e Almada (de 20 min. para 16 min) por via de uma diminuição de tráfego da ordem dos 15000 veículos/dia (-18 % do tráfego da A2, que tem actualmente, na sua secção mais carregada, 83000 veículos /dia) que passarão a circular no IC 32.

Quanto à sinistralidade, é expectável uma redução de 18% na taxa de vítimas mortais e feridos graves.

Mas vamos construir mais.

Vamos construir a ER 377-2 entre a Costa da Caparica e a Fonte da Telha, num total de 10 km, representando um investimento de 20 M€, que se irá constituir como uma via distribuidora de tráfego de acesso às praias, com melhores condições de circulação e segurança.

Assim, e com o objectivo de disciplinar e ordenar o tráfego, encontra-se prevista a implantação de rotundas de nível em substituição dos vários cruzamentos existentes, bem como a construção de passeios e ciclovias em toda a extensão, que também irão funcionar como meio de acesso às praias da Costa da Caparica.

Com a adopção destas medidas, em plena articulação com as intervenções previstas no Programa Polis da Costa da Caparica, a concretização deste via vai potenciar o reordenamento e a reabilitação de toda a frente de praias da Costa da Caparica, melhorando a qualidade de vida não só dos habitantes, mas também dos veraneantes que se deslocam a esta zona durante a época balnear.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

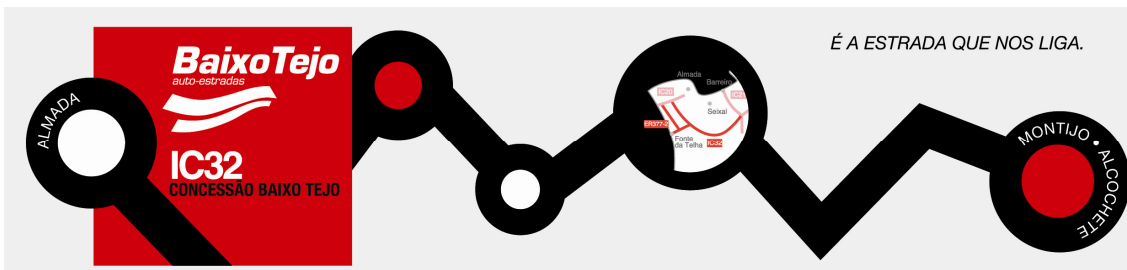
Passemos agora aos 38 km de infra-estruturas rodoviárias já existentes e que se incluem nesta concessão para efeitos de alargamento do número de vias, conservação e exploração, com vista a garantir patamares mais levados e sustentados de qualidade.

Assim, vamos requalificar e beneficiar a Avenida do Mar entre a Fonte da Telha e o IC 32, numa extensão de 7 km, através da colocação de passeios, ciclovias e rotundas.

Vamos também intervir nas seguintes infra-estruturas rodoviárias, aumentando o número de vias de circulação e garantindo uma maior segurança aos seus utilizadores:

- IC 3 – Montijo (A12/IP 1) / Alcochete, com 3 km em auto-estrada.
- IC 32 – Coima / Montijo (A12/IP 1), 20km em auto-estrada.
- IC 20 – Via Rápida da Caparica, 6 km em auto-estrada.
- IC 21 – Via Rápida do Barreiro, 9 km em auto-estrada.

Tudo isto só é possível porque neste dois anos e nove meses de governação também desenvolvemos um novo modelo para a gestão e financiamento do sistema rodoviário nacional, com vista à reestruturação institucional do sector.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Este modelo é um instrumento fundamental para dotar o Estado de condições para prosseguir o cumprimento sustentado do PRN, com tudo o que isso significa em termos de desenvolvimento económico e social, adoptando um modelo de gestão empresarial que permitirá tornar o sector rodoviário auto-sustentável e geracionalmente equitativo.

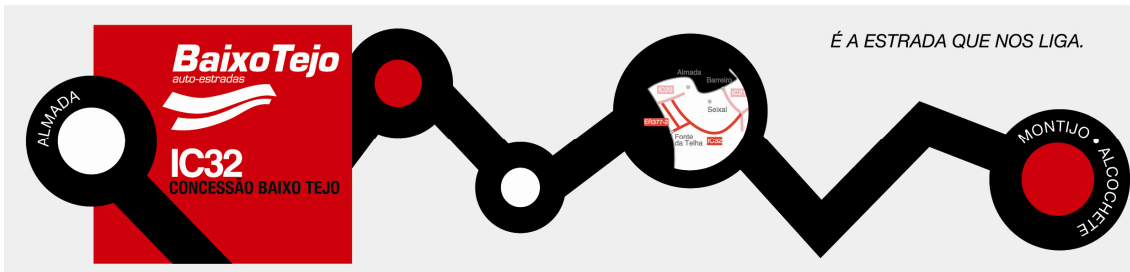
Neste contexto, e com a celebração do Contrato de Concessão entre o Estado e a EP – Estradas de Portugal, S. A., este modelo permite obter uma série de benefícios, designadamente uma maior eficiência na afectação dos recursos e uma maior aproximação ao mercado, implementando princípios de gestão privada e transferindo

de forma sistemática os riscos de projecto, de construção e financiamento, originariamente a cargo do Estado, para os operadores do sector.

O modelo incorpora ainda uma entidade, o InIR, o qual, na prossecução das suas atribuições, terá um papel regulador e fiscalizador do sector, assegurando uma maior transparência na relação do Estado com a EP, S.A.

Em 2011, com a conclusão da Concessão do Baixo Tejo, cuja adjudicação ocorrerá em Outubro de 2008, e da Concessão do Baixo Alentejo, lançada no passado dia 2 de Dezembro, o PRN (IP+IC) de Setúbal terá um incremento de 16% (4% correspondente à Concessão do Baixo – 58 km, e 12% correspondente à Concessão do Baixo Alentejo – 22 km).

Actualmente, o Distrito de Setúbal tem uma taxa de execução de 70%, superior em 10% à taxa de execução nacional.



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Os investimentos que estamos a realizar valem a pena, porque tornam mais fácil a vida dos portugueses, porque dão maior competitividade às actividades económicas e ao tecido empresarial, e porque encurtam as distâncias, aumentam a mobilidade e reduzem a sinistralidade dos concelhos da zona Norte no Distrito de Setúbal e porque contribuem para uma maior qualidade ambiental destes concelhos.

Mas ao cumprir assim o seu Programa, o Governo não faz mais do que a sua obrigação que é a de construir um Portugal melhor, mais moderno e competitivo, mais solidário, para bem de todos os portugueses e do seu futuro.

Muito Obrigado.